

### Ministério da Fazenda

Gabinete do Ministro / Assessoria para Assuntos Parlamentares Esplanada dos Ministérios, Bloco "P" - 5° andar CEP 70070-917 (61) 3412.2531(2513) - aap.df.gmf@fazenda.gov.br

Ofício nº 280 AAP/GM-/MF

Brasília, 17 de outubrode 2017

A Sua Excelência o Senhor Deputado COVATTI FILHO Presidente da Comissão de Finanças e Tributação Câmara dos Deputados, Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 136 Brasília - DF

Assunto:

Of. Pres. Nº 103/2017-CFT, de 05.05.2017

Senhor Deputado,

Referindo-nos à correspondência acima indicada, encaminhamos a Vossa Excelência, de ordem do Sr. Ministro, cópia do Memorando nº 376/2017-RFB/Gabinete, de 19.06.2017, elaborado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com as informações solicitadas sobre o Projeto de Lei nº 2319/2007.

Respeitosamente,

BRUNO TRAVASSOS
Assessor Especial do Ministro

Anexo: 1/5

L:Asses/ade/PIOfCFT103-17resp/22/06/17







Memorando nº376 /2017 - RFB/Gabinete

Brasília, 19 de Junho de 2017.

Ao Senhor Assessor Especial de Assuntos Parlamentares do Ministério da Fazenda

Assunto: Memorando nº 10.362/AAP/MF, de 30 de maio de 2017 - Ofício Pres. 103/2017-CFT, de 5/05/2017 - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro do Projeto de Lei nº 2.319/2007 — Isenção de IPI sobre Equipamentos e Armas para Órgãos de Segurança Pública municipais.

Encaminho anexa, para apreciação e demais providências, a Nota Cetad/Coest nº 99, de 16 de junho de 2017, elaborada pelo Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros desta Secretaria da Receita Federal do Brasil, que analisou a proposição legislativa em epígrafe.

Atenciosamente,

Assinado digitalmente
PAULO RICARDO DE SOUZA CARDOSO
Secretário-Adjunto da Receita Federal do Brasil



### Ministério da Fazenda

# PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1°, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

### Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por THAIS CORSETE ROCHA em 19/06/2017 16:19:00.

Documento autenticado digitalmente por THAIS CORSETE ROCHA em 19/06/2017.

Documento assinado digitalmente por: PAULO RICARDO DE SOUZA CARDOSO em 19/06/2017.

Esta cópia / impressão foi realizada por MARCIA CRISTINA MOREIRA GARCIA em 19/06/2017.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na internet:

- 1) Acesse o endereço:
  - https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx
- 2) Entre no menu "Outros".
- 3) Selecione a opção "eAssinaRFB Validação e Assinatura de Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

### EP19.0617.18511.CV5D

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.





Nota Cetad/Coest nº 099 de 16 de junho de 2017.

Interessado: Gabinete RFB

Assunto: Projeto de Lei nº 2.319/2007 – Isenção de IPI sobre Equipamentos e Armas para Órgãos de Segurança Pública Municipais.

e-dossiê nº 10030.001058/0517-30

Trata-se de solicitação de estimativa de renúncia fiscal decorrente de eventual aprovação do Projeto de Lei nº 2319/2007, de autoria do sr. Senador Tião Viana (nome parlamentar), remetido a este MF por meio do Of. Pres. Nº 103/17-CFT, de 05 de maio de 2017, encaminhado ao Gabinete do Secretário da Receita Federal, em 30 de maio de 2017 pelo Memorando de nº 10.362 AAP/MF e distribuído a este Cetad/RFB em 05 de junho de 2017.

2. Trata-se de alteração da redação do caput do art. 12 da Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997, para conceder aos Municípios isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), nos produtos que menciona, quando adquiridos por órgãos de segurança pública, tal quais transcritas abaixo a redação original e a alteração proposta:

Legislação Atual	Legislação Proposta (PL nº 2.319/2007)			
Lei nº 9.493/1997	Lei n° 9.493/1997			
Art. 12. Ficam isentos do IPI, quando adquiridos pelos órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal:	Art. 12. Ficam isentos do IPI, quando adquiridos pelos órgãos de segurança pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos <b>Municípios</b> :			
I - os aparelhos transmissores e receptores de radiotelefonia e radiotelegrafia;	I - os aparelhos transmissores e receptores de radiotelefonia e radiotelegrafia;			
II - os veículos para patrulhamento policial;	II - os veículos para patrulhamento policial;			
III - as armas e munições.	III - as armas e munições. (NR)			

Documento de 2 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx.pelo código de localização EP19.0617.18524.5TNY. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

4. O impacto financeiro-orçamentário do projeto de lei em análise foi estimado com base nos valores das notas fiscais eletrônicas para o ano-calendário de 2015 (DW-SPED), podendo ser melhor visualizado na tabela abaixo:

Renúncia Estimada de IPI Decorrente da Aprovação do PL nº 2.319/2007 Milhões RS						
Merc NCM Posição Atual 2017 ( Jul - Dez) 2018 2019 2020						
8525	Aparelhos transmissores (emissores) para radiodifusão ou	3,52	7,89	8,65	9,37	
8703	Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis princ	8,78	18,94	20,32	21,78	
9302 e 9303	Outras armas de fogo e aparelhos semelhantes que utilizem a	0,48	1,08	1,18	1,28	
9305	Partes e acessórios dos artigos das posições 93.01 a 93.04.	0,26	0,59	0,64	0,70	
	Total	13,05	28,49	30,80	33,13	

5. Assim, a renúncia potencial estimada de IPI, decorrente da aprovação do PL nº 2.319/2007, será de aproximadamente R\$ 28,49 milhões para o ano de 2018, próxima de R\$ 30,80 milhões para o ano de 2019 e de cerca de R\$ 33,13 milhões para o ano de 2020.

São estas as considerações submetidas à apreciação superior.

Assinado digitalmente
ALESSANDRO AGUIRRES CORRÊA
Analista Tributário da Receita Federal do Brasil

De acordo. Encaminhe-se ao Chefe do Cetad.

Assinado digitalmente
ROBERTO NAME RIBEIRO
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
Coordenador da Coest

De acordo. Aprovo a Nota. Encaminhe-se ao Gabinete do Secretário da Receita Federal do Brasil.

Assinado digitalmente
CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Chefe do Cetad



### Ministério da Fazenda

# PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1°, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

### Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por ALESSANDRO AGUIRRES CORREA em 16/06/2017 11:19:00.

Documento autenticado digitalmente por ALESSANDRO AGUIRRES CORREA em 16/06/2017.

Documento assinado digitalmente por: CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS em 19/06/2017, ROBERTO NAME RIBEIRO em 16/06/2017 e ALESSANDRO AGUIRRES CORREA em 16/06/2017.

Esta cópia / impressão foi realizada por MARCIA CRISTINA MOREIRA GARCIA em 19/06/2017.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
  - https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx
- 2) Entre no menu "Outros".
- 3) Selecione a opção "eAssinaRFB Validação e Assinatura de Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

### EP19.0617.18524.5TNY

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.



### Seweste Visignehhile bet

## 会。我们知识了2000年8月17日度的,但是是"和中的主意"。

er recoversado e legaco projeccionis estrabreca atradaligação de la transfigue escape de la como civil de la c porteção de la proposição de la latinação de la civil de la civil de la companda de la companda de la companda projecto de la civil de la companda de la civil de la companda de la companda de la companda de la companda de

त्र पर सम्बंदेश कोन्यवाहरू साथ देवी कोन्नेन्स्यकृत ने विकास सुध महत्रमधूँव महित्र महित्र केन्द्र स्वत्यासमानी क सम्बन्धित हो । जो समान सुच्च केन्द्र में समान स्वत्यासम्बन्धित कर्मामध्य जावाहरू । जावाहरू । जावाहरू समान

is transationistica de caradana didicipie di de certale date

NAME OF THE PROPERTY OF THE PR

e regisser i se sur regio se un un un espera de un material de la compania de la compania de la compania de la

१४२२ - सार्वाच अञ्चल १९५५ छन्। अन्य १९५५ छन्। १९५५ छन्। १९५५ छन्। १ सार्व १९५५ - अस्ति अस्ति विकासकार क्षेत्रका स्थापना स्थापना स्थापना स्थापना ।

> e i engano e la prima de per una este lega que esta en se manha e como en el como de la filono de la filono de La filono

and the second of the second o

grapiselesia la lambe

and the second second

and the second of the second o

Conservation of the Armer

and the state of the second se